



Projeto de Lei n.º 04, de 11 de março de 2019.

Altera §2º do art. 1º da Lei n.º 169/2008, que “Dispõe sobre alteração do Parágrafo Único do art. 1º da Lei n.º 088/2007 de 09 de julho de 2007 e dá outras providências”, na forma que menciona.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA – GOIÁS**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo cargo, encaminha a seguinte proposta de lei:

Art. 1º - Fica alterado o § 2º do art. 1º da Lei n.º 169/2008, que “Dispõe sobre alteração do Parágrafo Único do art. 1º da Lei n.º 088/2007 de 09 de julho de 2007 e dá outras providências”, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - (...)

§ 1º (...)

§ 2º O profissional contratado para a zona rural para o cargo de Agente de Combate às Endemias perceberá a remuneração equivalente ao salário base vigente atualizado anualmente com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, em cumprimento à regra constitucional inserta no art. 37, inciso X da Constituição Federal de 1.988 e acrescerá a essa respectiva remuneração adicional de 50% (cinquenta por cento) do respectivo salário base com a respectiva atualização anual vigente a título de indenização por serem atividades penosas e exigir alimentação e pernoite fora de sua residência.” (NR)

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa – GO, aos 11 dias do mês de março do ano de 2019.


Gustavo Marques de Oliveira
Prefeito Municipal



Projeto de Lei n.º 04, de 11 de março de 2019.

Justificativa

Senhor Presidente,
Senhores vereadores,

Temos a grata satisfação de submeter à análise para apreciação e votação dessa Égide casa Legislativa o Projeto de Lei que ***“Altera §2º do art. 1º da Lei n.º 169/2008, de 04 de junho de 2008 que “Dispõe sobre alteração do Parágrafo Único do art. 1º da Lei n.º 088/2007 de 09 de julho de 2007 e dá outras providências”, na forma que menciona.”***

Conforme o que dispõe o Art. 30 da Constituição Federal de 1.988, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, o que direciona assim definir estratégias viáveis para alterar e/ou acrescentar dispositivos elencados no §2º do art. 1º da Lei n.º 169/2008, de 04 de junho de 2008.

Ainda em consonância ao que define a Lei Federal n.º 12.994/14, de 17 de junho de 2014, que institui piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, e demais alterações legislativas posteriores.

Com direcionamento a pretensão legislativa, vejamos o que dispõe a Constituição Federal de 1.988, em seu art. 37, X, no âmbito de todos os entes federados:

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;



Projeto de Lei n.º 04, de 11 de março de 2019.

Pois bem, essa alteração legislativa decorre da necessidade de reestruturar o dispositivo contido no supramencionado artigo da Lei n.º 169/2008, de 04 de junho de 2008 a fim de se fazer uma leitura de forma mais clara e concisa deste dispositivo e com a finalidade de atender com precisão os servidores ocupantes do cargo de Agente de Combate as Endemias que estejam lotados em zona rural e que fazem jus ao salário base vigente acrescido de mais 50% (cinquenta por cento) do salário base vigente com a atualização anual, em cumprimento à regra constitucional inserta no art. 37, inciso X da Constituição Federal de 1.988 por se tratar de atividades penosas e exigir alimentação e pernoite fora de sua residência.

Diante da relevância e importância do Projeto, entende a Administração Municipal estar plenamente justificada a presente proposição, rogando aos nobres Vereadores pela sua aprovação, acreditando, na mesma linha do interesse público, ser este plenário sensível à necessidade de continuidade do serviço público essencial de interesse local, com autonomia municipal reconhecida na CF/88, que atribui aos municípios competência legal e administrativa para regular e disciplinar esse serviço público, através desta propositura.

Atenciosamente,

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa – GO, aos 11 dias do mês de março do ano de 2019.


Gustavo Marques de Oliveira
Prefeito Municipal